

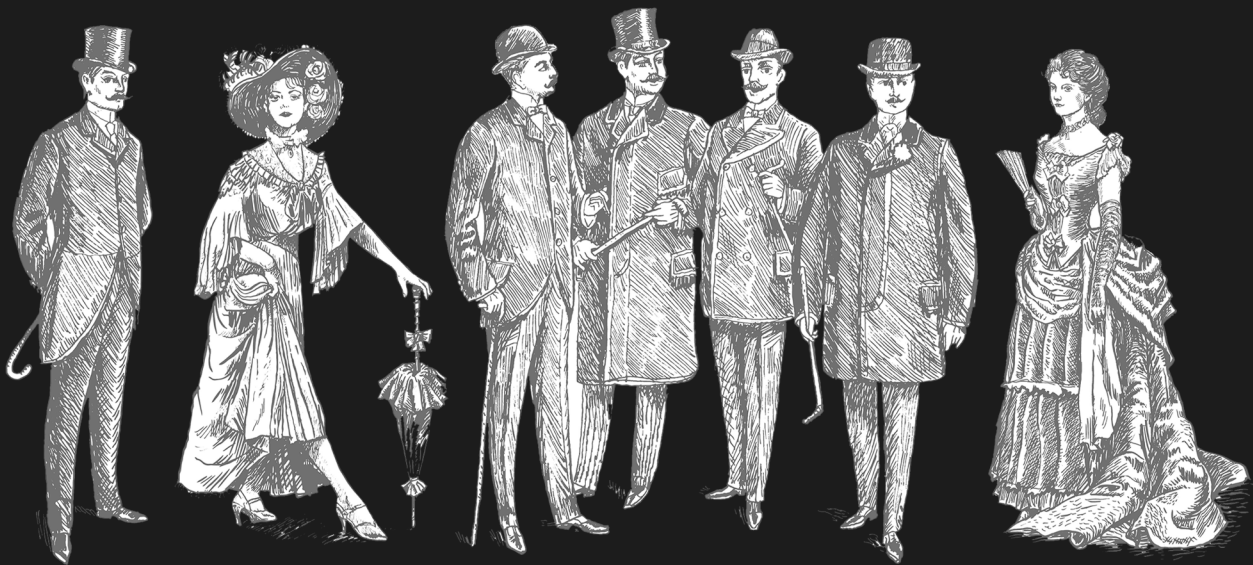
Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Sentidos e sujeitos:
elementos que dão consistência à
história**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S478 Sentidos e sujeitos [recurso eletrônico] : elementos que dão consistência à história / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-323-1
DOI 10.22533/at.ed.231201808

1. Aprendizagem. 2. Conhecimento. 3. Prática de ensino
I.Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.
CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

O modo com que nos relacionamos com o conhecimento impacta diretamente o processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos o processo de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade de um aprofundamento no entendimento do funcionamento destes espaços de difusão da informação e na maneira como os sujeitos e os sentidos do real são constituídos. O pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos. Da mesma forma em que os saberes e a ciência se expressam por meio de linguagens, mas não se reduzem a elas. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e reconhecimento dos sujeitos como elementos formadores desse sentido (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência do real) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que o conhecimento histórico, se estabelece, se compõe e constrói significados.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE	
Maria Lidiane Santos Silva Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.2312018081	
CAPÍTULO 2	17
A QUESTÃO RACIAL À LUZ DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS REBATIMENTOS APÓS GOLPE DE ESTADO DE 2016	
Cristiane Medeiros dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2312018082	
CAPÍTULO 3	33
A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA HIALA METALÚRGICA	
Isana Ferreira Fernandes dos Santos Delvania dos Santos Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018083	
CAPÍTULO 4	47
A SOCIEDADE RECREAÇÃO FAMILIAR JAGUARENSE EM JAGUARÃO RS (1852 – 1881)	
Alan Dutra de Melo Ronaldo Bernardino Colvero	
DOI 10.22533/at.ed.2312018084	
CAPÍTULO 5	62
EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1979-1985)	
Max Rodolfo Roque da Silva André Gustavo Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018085	
CAPÍTULO 6	74
FONTES ORAIS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA PESQUISA COM BENZEDEIRAS E CURANDEIRAS EM CHAPECÓ/SC	
Alex Junior Rapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.2312018086	
CAPÍTULO 7	80
HISTÓRIA DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO BRASIL IMPERIAL: PRINCÍPIOS, SABERES E SUJEITOS	
Diego Dias Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.2312018087	
CAPÍTULO 8	92
O DECRETO Nº 500/1955 NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS AGRÁRIOS E GESTÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS EM GOIÁS (1955-1958)	
Matheus de Araujo Martins Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.2312018088	

CAPÍTULO 9	103
O PROBLEMA DA MEDIÇÃO NA MECÂNICA QUÂNTICA: ANÁLISE LÓGICA DE ALGUMAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO	
Moisés Romanazzi Tôrres	
DOI 10.22533/at.ed.2312018089	
CAPÍTULO 10	119
O RURAL, O URBANO, E A QUESTÃO DOS BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL, A PARTIR DE APROPRIAÇÕES MUDIÁTICAS	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.23120180810	
CAPÍTULO 11	130
O SUJEITO DO DISCURSO IMOBILIARIO NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO: ONTEM E HOJE	
Luciane Lucyk	
DOI 10.22533/at.ed.23120180811	
CAPÍTULO 12	142
OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E OS DILEMAS PARA O CUMPRIMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI 10639/2003	
Pedro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.23120180812	
CAPÍTULO 13	157
<i>SOMOS MULHERES, SOMOS POVO, SOMOS HISTÓRIA, SOMOS RESISTÊNCIA!</i> : REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS EDUCATIVOS DAS MULHERES SEM TERRA NO MST	
Flávia Pereira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.23120180813	
CAPÍTULO 14	171
TEMPESTADE OU TEMPO FIRME: ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA SOBRE A PRESENÇA DE DEMOCRACIA NO BRASIL	
Fernanda Viana Falkoski	
DOI 10.22533/at.ed.23120180814	
CAPÍTULO 15	183
VAI NA BRASILEIRARAGEM: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL EM UM ANÚNCIO DA NIKE DA COPA DO MUNDO DE 2018	
Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23120180815	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	196
ÍNDICE REMISSIVO	197

A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA HIALA METALÚRGICA

Data de aceite: 01/07/2020

Data de Submissão: 06/05/2020

Isana Ferreira Fernandes dos Santos

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Sudoeste

Quirinópolis, Go

<http://lattes.cnpq.br/4094512366078717>

Delvania dos Santos Freitas Silva

Universidade Estadual de Goiás Câmpus Sudoeste

Quirinópolis, Go

<http://lattes.cnpq.br/3625445764699314>

RESUMO: A presente pesquisa visou compreender a acessibilidade e permanência da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e interação com a cultura surda. Foi realizada por meio de Estudo de Caso na empresa Haiala Metalúrgica, com um colega de trabalho, surdo. Uma análise exploratória foi conduzida em uma abordagem qualitativa em que os resultados revelaram que as pessoas com deficiência, que têm direito garantido por lei Nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, para atuar no mercado de trabalho, apesar de enfrentarem inúmeros desafios para se comunicarem no local de trabalho, podem amenizar o problema através da superação do medo de constrangimento e do preconceito, assim o caso, em questão é

um exemplo positivo. É de suma importância que as empresas deem total apoio às pessoas com surdez ou qualquer outra deficiência para que consigam desempenhar seu papel na vida pessoal e profissional, fazendo com que possam ter sua independência financeira e buscar outras conquistas por meio do seu trabalho e assim, garantir sua dignidade e cidadania. Quanto à interação na empresa, observou-se que os resultados também foram satisfatórios, visto que todos procuram interagir com o servidor, mesmo sem conhecer a Língua Brasileira de Sinais (Libras), manifestaram interesse em aprender sua língua natural e oficial e, assim, compartilhar melhor da convivência no ambiente de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Mercado de trabalho, Surdez, Libras, Interação.

THE RELEVANCE OF ACCESSIBILITY IN THE LABOR MARKET: CASE STUDY IN METALLURGICAL HIALA

ABSTRACT: The current research aimed to understand the accessibility and permanence of people with disabilities in the labor market and interaction with deaf culture. It was carried out through a Case Study at Haiala Metallurgical

Company, with a deaf co-worker. An exploratory analysis was conducted on a qualitative approach whose results revealed that the people with disabilities who have the right to perform in the labor market assured by law 13.166 of July 6th, 2015, despite of facing too many challenges to communicate in the workplace, they can alleviate the problem by overcoming fear of embarrassment and prejudice, so the case in question is a positive example. It's of pivotal importance that companies give full support to people with deafness or any other kind of disability to help them perform their role in personal and professional life, so that they can have their financial independence and pursue other achievements through their work and thus ensure their dignity and citizenship. Regarding the interaction in the company, it was observed that the results were also satisfactory, since everybody interacts with the deaf server, even without knowing the Brazilian Sign Language (Libras), expressing interest in learning his natural and official language and therefore sharing coexistence at work.

KEYWORDS: Accessibility, Labor market, Deafness, Libras, Interaction.

1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objeto a acessibilidade no mercado de trabalho, como é a atuação das pessoas diante dessa temática, ou seja, compreender a acessibilidade e permanência do sujeito com surdez no mercado de trabalho e interação com a cultura surda. Trata-se da convivência, buscando responder, “como” o colega, Fernando, age no seu local de trabalho e a interação junto aos demais colegas.

Assim, na convivência com o sujeito surgiu algumas perguntas: como é a interação do Fernando com demais colegas no ambiente de trabalho? Ele já sofreu algum tipo de preconceito pela sua condição especial? Os demais colaboradores conhecem sua língua oficial? De que forma a empresa pode melhorar a acessibilidade no ambiente neste caso?

Com base nas questões buscou-se investigar as relações pertinentes rumo ao resultado que culminou na percepção de que o Fernando interage bem com os parceiros de trabalho. Em momentos de confraternização conseguem se comunicar acerca de assuntos externos, como futebol, por exemplo, assunto bem comentado entre eles. Fernando se mostra uma pessoa bem aberta a se comunicar com os amigos, mesmo eles não conhecendo Libras. Além destas colocações, a pesquisa buscou aprofundar também, sobre socialização e acessibilidade no mercado de trabalho do sujeito surdo. Aspectos históricos e conceituais apresentados no referencial teórico a seguir.

2 | UM POUCO SOBRE A SURDEZ E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

A surdez é uma deficiência que sempre existiu. No entanto, a forma como ela é tratada pela sociedade é que vem mudando, especialmente no quesito das relações trabalhistas. Até por volta do século XVII, esses sujeitos com surdez não tinham direito à vida, eles

eram sacrificados, a sociedade os viam como uma “aberração”, sem a capacidade de pensar e agir, como explica Goldfeld:

A ideia que a sociedade fazia sobre os surdos, no decorrer da história, geralmente apresentava apenas aspectos negativos. Na antiguidade os surdos foram percebidos de formas variadas: com piedade e compaixão, como pessoas castigadas pelos deuses ou como pessoas enfeitiçadas, e por isso eram abandonadas ou sacrificadas (GOLDFELD, 1997. p.27).

Essa forma de pensar foi tomando rumo diferente a partir do momento que começaram a surgir às primeiras crianças surdas entre as famílias ricas, desde então esse processo de dor e sofrimento foi mudando a favor do surdo, ou dos interesses familiares, e eles foram tendo seus direitos ampliados e/ou garantidos por lei.

O grande impulso ao desenvolvimento da educação de pessoas com deficiência no Brasil ocorreu no século XIX, inspirado por experiências europeias e americanas, trazidas por alguns estudiosos brasileiros que se dispuseram a organizar e executar algumas ações isoladas para atender grupos de pessoas com deficiências (DOMINGOS, 2005. p.373).

A partir de então, começou-se a perceber que essas pessoas necessitavam de muito mais que só abrigo e atendimento médico, eles precisavam de uma educação específica para atender às suas diferenças. No que diz respeito a uma pequena parte da população, é preciso que toda sociedade busque se solidarizar com as pessoas com necessidades especiais, e colocar-se por um dia no seu lugar, diferente de assistencialismo, o mesmo refere-se a ações governamentais a pessoas menos favorecidas e carentes. Souza, (2009. p. 30), afirma:

Pode-se perfeitamente aferir o potencial de aprendizado moral e político das diferentes sociedades existentes a partir da sua capacidade ou incapacidade de expandir e generalizar o sentimento de solidariedade e de responsabilidade coletivo.

Conforme a lei N° 13.146, de 6 de Julho de 2015: “é direito das pessoas com deficiência o ir e vir, a mesma é para garantir os direitos e deveres das pessoas com deficiência” e continua:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de Igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Condição essa que garante a participação social, inclusive o direito de estar no mercado de trabalho, ser um cidadão trabalhador como qualquer outro. Ganham dignidade humana a partir do momento que começam a participar da vida em sociedade. É preciso que a sociedade apoie instrumentos que garantam o acesso e permanência de todas as pessoas com deficiência a todo e qualquer lugar. Afirma BAUMAN, (2005, p. 17):

Tornamo-nos conscientes de que o 'pertencimento' e a 'identidade' não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e renegociáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o 'pertencimento' quanto para a 'identidade'.

Segundo o autor todos nós estamos sujeitos a mudanças e adaptações ao longo de nossas vidas, inclusive à necessidade de acessibilidade. A inclusão vem sendo bastante discutida e nota-se uma mudança considerável na atitude das pessoas relacionadas ao tema, conforme a define Sasaki, (1997):

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997. p.41).

Segundo o mesmo autor, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi a primeira a usar a expressão “Uma Sociedade para todos”, na resolução 45/91 da Assembléia Geral no ano de 1990 em que se apresenta uma meta para se atingir uma sociedade inclusiva em 20 anos (SASSAKI,1997). No quesito direito ao trabalho, a sociedade para todos, vem assegurada na lei Nº 8.213, de 24 de Julho de 1991(BRASIL,1991):

Lei de cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência em que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais.

Art. 93 - a empresa com 100 ou mais funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência.

O que se percebe, é que esse movimento inclusivo, vem ganhando força ao longo dos anos, por meio de seminários, declarações, lutas, muitas exigidas pelas próprias pessoas com deficiência, demonstrando que são, sim, capazes de fazer suas escolhas e decidir o que é melhor para si. Afirma Freire (1999. p. 30): “Quando o homem compreende sua

realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”.

Dessa forma às pessoas com deficiência, têm buscado superar seus limites e realizar novos desafios, transformando-se para que consigam ter uma vida plena de grandes aventuras e conquistas, tentando garantir, assim, sua integração no meio social. Sasaki, (1997.p. 34) corrobora:

Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral não somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade.

Desse modo, uma vez aceito no meio que se relaciona, seja no social, trabalhista, cultural, educacional é capaz de sobressair aos ditos normais, pois o surdo vê o mundo de uma forma única e totalmente visual, isso os tornam capazes de ter percepções muito mais apuradas que muitos ouvintes, fato perceptível no sujeito da pesquisa.

Assim, como qualquer pessoa, o surdo também tem sonhos e acredita que a inclusão de fato irá acontecer, mesmo que esse processo seja lento e, ainda, há muito por fazer. Uma dessas condições de aceitação do sujeito com surdez na sociedade exige que se tenha a compreensão de que ele possui identidade e cultura própria, ou seja, como ele se vê e tenta modificar o mundo a sua volta, sua inserção social, sua percepção e modo de ser e estar no mundo. E uma forma de pertencer e aceitar a comunidade surda é tornar mais acessível sua vida e aproximar-se dele aprendendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A Educação tenta desempenhar esse papel, no entanto, nas empresas em geral, no comércio e nas demais organizações públicas, o contato com Libras, ainda, é um obstáculo para a acessibilidade do surdo, mesmo no estudo de caso em questão, percebe-se que a inclusão acaba sendo um processo contraditório, pois o Fernando está inserido no quadro de funcionários da empresa há muitos anos, todavia, fica “isolado” pela falta de interatividade comunicativa.

Entende-se que, a inclusão só vai existir de forma plena quando conseguirem se expressar por meio dos sinais onde quer que estejam, seja em instituições públicas, privadas, repartições governamentais, e que todos estejam preparados para atendê-los com respeito, cordialidade e atenção.

O surdo como qualquer outra pessoa, precisa sentir-se valorizado, como um ser capaz de pensar e interagir no ambiente familiar e/ou no mercado de trabalho de forma a buscar aquilo que acredita ser melhor para si e para o meio em que vive. É prudente repensar as atitudes para com as pessoas surdas e banir todo e qualquer tipo de (pré)-

conceito para que a inclusão, de fato, possa acontecer. Não basta apenas a existência das leis e políticas públicas para se garantir a acessibilidade.

2.1 A Acessibilidade no mercado de trabalho

O mercado de trabalho nessa era tecnológica é muito exigente, requer maior produtividade, mão-de-obra barata, porém qualificada. Nesse contexto existente há quase 28 anos, a lei de cotas nº 8.213/91 criada para garantir o acesso às pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Segundo essa lei, a empresa que tem entre 100 e 200 colaboradores terá que oferecer 2% das vagas a pessoas com deficiência seja física, intelectual, auditiva ou visual. Esse percentual pode aumentar conforme a quantidade de funcionários podendo chegar ao máximo de 5%, se a empresa tiver mais de 1000 funcionários, contratados. (BRASIL, 2001).

Nesse caso, enfatiza-se a lei e o número de servidores, por perceber que, a maioria das empresas não assegura esse direito às pessoas com deficiência. De acordo com SCHMIDT (2006. p. 241):

O acesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um critério importante do processo de inclusão social por proporcionar condições para a satisfação das necessidades básicas, promoção da valorização de si mesmos e o desenvolvimento de suas potencialidades.

É direito de todas as pessoas, o acesso ao trabalho, à educação, bem como a todo o processo, que fará com que a pessoa se sinta parte importante da vida em comunidade. A empresa que se propõe à contratação de pessoas com deficiência garante uma ampla aprendizagem de todos os envolvidos nesse processo, como explica o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Sistema de Informações Territoriais.

A inclusão, para essas empresas, passa a ser um compromisso e um dos itens de sua política de responsabilidade social. Para tanto desenvolve um programa amplo, estruturado, de capacitação, recrutamento, seleção, contratação e desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência. Muitas empresas já entenderam que a inclusão das pessoas com deficiência é um grande aprendizado para o desenvolvimento de políticas de promoção e respeito à diversidade no ambiente de trabalho (MTE, SIT, 2007. p. 54).

Muitas empresas não aplicam a lei e, a maioria das pessoas com deficiência, está fora do mercado de trabalho. Ainda há muito preconceito por parte das instituições em contratá-los, uma vez que fingem desconhecer a legislação. Como o nosso país carece de leis e fiscalização mais severas fica difícil reverter esse quadro e ter assim uma maior acessibilidade.

No caso do sujeito da presente pesquisa, a empresa em que ele trabalha foi uma das primeiras a disponibilizar vagas dessa natureza no município. A segunda parte da pesquisa mostrará um pouco sobre sua chegada na Haiala, como aprendeu a efetivar suas atividades, como tem sido sua participação e rendimento, ou seja, como se apresenta no espaço que o acolheu e lhe garante ser partícipe nas relações sociais trabalhistas durante anos de trabalho.

3 | PROCESSO INCLUSIVO DO SUJEITO NA HAIALA METALÚRGICA

A Haiala Metalúrgica é uma empresa do ramo de esquadrias que surgiu de um sonho idealizado na pessoa do Sr. Edvaldo Corrêa Fernandes, que sem condições para estudar começou a trabalhar muito cedo, um empreendedor nato.

Iniciou a empresa em uma garagem emprestada. Produziu as primeiras portas e janelas com ferramentas manuais. Após a produção pronta, saía de porta em porta oferecendo seus produtos e, hoje, é uma empresa sólida, existente há 41 anos, que atende não só o município de Quirinópolis, mas outros municípios do Estado de Goiás, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins, Pará, Bahia e Piauí.

Emprega em torno de cem pessoas, totalizando mais de 2.000 clientes em toda sua cobertura de atuação, oferecendo produtos qualificados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fernando Vagner de Oliveira, 38 anos laudado com surdez profunda, por sua vez, começou a trabalhar na empresa por meio de parceria entre a Escola Especial Dr. Alfredo Mariz da Costa, hoje, Centro de Atendimento Educacional Especial Dr. Alfredo Mariz da Costa (CAEE), onde já trabalha por um longo período. E, atualmente, é o único, na condição de pessoa com deficiência contratado pela empresa. Inicialmente, entrou como menor aprendiz, juntamente com outros quatro surdos.

Na ocasião trabalhava no período vespertino e estudava no matutino. Coursou até o 4º ano das séries iniciais, após registro da carteira de trabalho, já maior de idade, optou-se por deixar os estudos e dedicar-se somente ao trabalho. Atualmente, mora com a mãe nas proximidades da empresa e possui mais dois irmãos que residem em outras cidades.

Percebe-se que Fernando, mesmo sem ter alguém no ambiente de trabalho que fale sua língua oficial, consegue desempenhar muito bem seu serviço e contribuir com o seu crescimento e da empresa Haiala. Conforme registra a figura 1.



Figura 1: Fernando no ambiente de trabalho
Fonte: Isana Ferreira Fernandes dos Santos. (2019)

Quando chegou à empresa, desempenhava atividades mais simples como pendurar as peças na esteira para o processo de pintura e com o passar do tempo, as atividades foram ficando mais específicas e mais difíceis.

Atualmente, ele consegue realizar atividades não tão simples como colocar acessórios (dobradiças, fechos etc.), adesivar as peças com suas devidas etiquetas, lidando com parafusadeiras e rebidadeiras, realizando seu trabalho com muita dedicação e presteza.

O fato de Fernando ser o único surdo na empresa, chamou a atenção, especialmente, seu isolamento, trabalhando com afincos e facilidade para se adaptar às atividades repetitivas. Comportamentos que despertou o desejo em conhecê-lo melhor, saber como chegou à Haiala, como aprendeu a executar com exímio seu trabalho. Fernando aprendeu suas atividades através de exemplos práticos os quais demonstravam a atividade a ser executada. Ele é bastante inteligente, e, desse modo consegue assimilar melhor o que lhe é proposto. A pesquisa requereu estudo de caso, que, segundo Gerhardt e Silveira, (2009. p. 39):

Visa conhecer em profundidade como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudando, mas revelá-lo tal como ele o percebe.

A partir do convívio de anos, foram surgindo as seguintes indagações: como os colegas veem o Fernando no local de trabalho? Porque seus colegas não procuram interagir com ele, especialmente, porque não buscam aprender sua língua? Quais seriam as melhores formas e ações a serem tomadas para mudar ou melhorar o intercâmbio no trabalho entre Fernando, a empresa e seus colegas? Finalmente, qual a relevância de se ter no mercado de trabalho pessoas com surdez?

São questões que estruturaram o trabalho de campo e deram embasamento à pesquisa para que pudéssemos, particularmente, perceber e adotar medidas de forma a melhorar a interação do Fernando com os demais colegas no ambiente de trabalho, ou seja, valer dos resultados da pesquisa para melhorar a convivência com o colega Fernando.

Percebe-se que ele é muito querido por todos, porém fica afastado, mesmo nos momentos de confraternização. Acredita-se que o maior entrave seja o fato dos colegas não saberem a Língua de Sinais, questão que se complica um pouco mais pela restrição na escrita e ter desenvolvido uma língua própria na comunicação em casa que não ocorre no trabalho. Santana, (2007 p. 26.) descreve: “A dificuldade de lidar com outro tipo de linguagem que não seja a oral, faz com que os interlocutores do surdo, inclusive os pais, se vejam diante de uma situação conflituosa, da qual preferem se afastar.”

Dessa forma, além do surdo não poder ouvir, ainda está sujeito à indiferença das pessoas pela falta de comunicação, ou de uma legislação que pense na surdez como uma das prioridades, já que temos um número considerável de pessoas surdas na sociedade e muitas no mercado de trabalho.

Neste contexto, Danesi (1995. s.p.) nos remete à seguinte reflexão:

Quando examinamos o sentido de pertencer, sentimos claramente que este fator não tem o mesmo peso para os surdos, do que para os empregados em geral. Ficou evidente que eles, mesmo quando adaptados, não chegam a se identificar com o grupo de trabalho. São atenciosos, solidários, mas não aprofundam os laços de amizade com os colegas de trabalho. A cumplicidade, elemento aglutinatório entre os trabalhadores, só se efetiva entre o grupo de surdos e o sentimento de pertencer só acontece em relação à comunidade surda.

À medida que a socialização do surdo dentro da empresa se torna limitada pela falta de interesse tanto do surdo, que gostaria que ali tivesse outros surdos para interagir, e, principalmente, pelo trabalhador ouvinte que não busca se aproximar e aprender a Língua

de Sinais, para uma comunicação unificada tanto para surdos quanto para ouvintes e, assim, estreitar laços, o deficiente auditivo prefere se isolar.

Apesar dos entraves na comunicação, Fernando é uma pessoa muito dedicada no que faz, sempre realiza todo processo com muita atenção e presteza, ele demonstra amar o seu trabalho, além da satisfação pessoal por poder exercer seu papel no mercado de trabalho e convívio com os colegas. Com o trabalho ele pode ajudar a complementar a renda familiar, ajudando financeiramente a mãe.

4 | METODOLOGIA

Na tentativa de familiarizar e sistematizar as questões da acessibilidade e permanência da pessoa com surdez no mercado de trabalho, mais especificamente, de um colega de convivência, propôs-se uma pesquisa na abordagem qualitativa em que segundo Gerhardt e Silveira, (2009. p. 31): “não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social”.

Todas as ciências se caracterizam pela utilização de métodos científicos, visto que não há ciência sem emprego dos mesmos. O método é o conjunto das atividades sistêmicas e racionais que, com maior segurança permite alcançar o objetivo, conhecimentos variados e verdadeiros, traçando o caminho a seguir. (MARCONI E LAKATOS, 2010, p. 83):

Para tanto, foram utilizados os métodos bibliográficos e documental na busca de informações em sites, livros, artigos e monografias, e nesse caso, a abordagem qualitativa que “permite compreender valores subjetivos” (GERHARDT, *at. al.*, 2009.p,31).

Quanto aos objetivos, foi uma pesquisa exploratória, que buscou compreender o contexto histórico e as políticas de acessibilidade da pessoa com surdez no mercado de trabalho em que, segundo o mesmo autor, mencionado anteriormente, “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo, mais explícito” (GERHARDT, *at. al.* 2009.p,31).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com familiares, pessoas que trabalham na escola especial e na empresa por ocasião de sua contratação, com colegas e empregadores que convivem com ele atualmente.

Dessa forma, esperou-se compreender os entraves/avanços ainda existentes no sentido de perceber a inclusão/exclusão da pessoa com surdez nos seus ambientes, especialmente, o trabalhista.

5 | RESULTADOS

As entrevistas apontaram que a acessibilidade e interação de Fernando no ambiente de trabalho não é ruim, mas que seria melhor se houvesse comunicação mútua no ambiente. Naturalmente as pessoas acreditam que a comunicação chega no outro eficientemente, mas mesmo no caso de ouvintes com ouvintes a interpretação pode apresentar falhas. E não seria diferente no caso da surdez, onde um está em uma língua (oral), e o outro na visual. Fato que não impede uma boa convivência, como é no caso do Fernando.

É relevante saber com afinco todas as informações que dizem respeito às pessoas com surdez e como é a interação entre Fernando e seus companheiros de trabalho na empresa, pois esse conhecimento contribui para que essa interação ocorra sem nenhum entrave.

Pensando nessa convivência observou-se durante as entrevistas, se fatores como tempo de serviço na empresa, escolaridade e as formas de interatividade, interferiam nas relações estabelecidas com o Fernando. Conforme registra o quadro 1 abaixo.

Tempo de trabalho na empresa	Escolaridade	Sabe o que é Libras?	Interatividade com o Fernando
Até 5 anos	Superior	Sim	Fácil
5 a 10 anos	Superior	Sim	Tenta Gesticular
Mais de 10 anos	Ensino médio	Sim	Entende um pouco o alfabeto Libras
Mais de 10 anos	Ensino médio	Não	Interage bem

Quadro 1: Questões parciais da Entrevista

Fonte: SANTOS, Isana Ferreira Fernandes, outubro, 2019.

Percebeu-se durante a pesquisa, que nem todos os entrevistados conhecem a Libras, apesar de trabalhar com ele a mais de 10 anos e ter grau de estudo satisfatório. Um colega respondeu desconhecer Libras, o que demonstra a importância de oferecer o curso na empresa para que todos possam conhecer a língua oficial do surdo e assim, conseguirem interagir melhor com o colega surdo.

Outras questões abordadas na pesquisa, procurou-se, saber, se todos estavam cientes da presença de uma pessoa com surdez no ambiente de trabalho na Haiala. Todos responderam positivamente, a maioria afirma interagir, mas os assuntos são os mesmos, o que caracteriza a simplificação da comunicação. E, quanto a ter parente surdo, todos negaram o que confirma, mesmo sendo por amostragem a pesquisa responde a um número considerável de baixo relacionamento com pessoas com surdez.

Na entrevista com o Fernando, ele afirma que o início foi um pouco difícil pela falta de um intérprete no trabalho, relacionar com as pessoas por não saberem se comunicar com ele, entender o que e como deveriam ser feitas as atividades, as informações eram passadas muitas vezes através da escrita ou exemplo de todo processo.

Com o apoio do líder do setor consegue se destacar na empresa, ele é um colaborador assíduo, reconhece todo material necessário no dia a dia e realiza suas atividades normalmente, tem bom relacionamento com todos na empresa, está sempre pronto para o que tiver que ser feito, gostaria que seus colegas aprendessem Libras, se sente isolado pelo fato de ser o único nessa condição na empresa. Informou ainda, que recebe auxílio em todas as tarefas a serem feitas e consegue executá-las normalmente, afirmou que ajuda a compor a renda familiar com o seu trabalho e nunca sofreu preconceito por ser surdo.

Quando os colegas foram questionados de que forma se interagem com ele, todos responderam que cumprimentando, falando de futebol e algumas brincadeiras, ou seja, é muito limitada pela falta da Língua de Sinais e confirmam que um curso básico faria toda a diferença na convivência com o colega surdo.

Conforme a pesquisa realizada com a direção da empresa, o diretor-presidente informou que acha importante tomar medidas para melhorar a comunicação do Fernando com demais colegas e confirmou que um curso de Libras seria de grande valia, mostrou-se bastante interessado em formar parceria com a universidade, oferecendo o curso básico de Libras para todos os colaboradores da/na empresa e assim melhorar a comunicação todos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se com a pesquisa que o sujeito de estudo, apesar de ser o único nessa condição na empresa não fica tão isolado quanto inicialmente se pensava. As entrevistas mostraram as interações existentes entre Fernando e demais colegas, que são superficiais, acontecem não por meio da Língua de Sinais, mas por gestos criados por eles próprios, retratando brincadeiras e outros assuntos de interesses do grupo.

Ademais a pesquisa teve uma grande contribuição social para com o colega surdo, pois, a partir das discussões provocadas durante as entrevistas, todos se mostraram propensos a fazer ao menos um curso básico de Libras e a empresa se dispôs a intermediá-lo, visando melhorar a comunicação entre eles.

A pesquisa não se encerra aqui, o método qualitativo nos possibilita pensar adiante, o intuito é seguir em frente com o material e buscar novas alternativas e soluções para que a deficiência, neste caso a surdez, não seja obstáculo na interação entre as pessoas.

Ainda, há muito por se fazer para que a acessibilidade de fato aconteça nas empresas, para que todas as pessoas que possuem algum tipo de deficiência sejam inseridas no mercado de trabalho, aceitas e respeitadas dentro de suas limitações. Precisa-se, passar a enxergá-las como pessoas capazes de exercer seu papel no mercado de trabalho e na sociedade como as demais pessoas e, abrir as portas para que eles se sintam acolhidos e dar total apoio para que isso aconteça.

Empatia deve ser a palavra que define todo esse processo. A partir do momento que se coloca no lugar do outro, passa-se a enxergar uma realidade que antes não seria capaz de ver.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Janine Praça; SCHMIDT, Andréia. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 12, n. 2, p. 241-254, Agosto de 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000200007&lng=en&nrm=iso. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382006000200007>. Acesso em: 01/06/2019.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: MEDEIROS, Carlos Alberto. Rio de Janeiro: Ed: Zahar, 2005. Acesso em: 03/06/2019.

BRASIL. **Lei de Cotas**. http://www.deficienteonline.com.br/lei-8213-91-lei-de-cotas-para-deficientes-e-pessoas-com-deficiencia___77.html Acesso em: 14/04/2019.

_____. Ministério do Trabalho. SIT. **A Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE/SIT, 2007. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812CCDAEDE012CD0A2B79F70B3/inclusao_pessoas_deafi12_07.pdf Acesso em: 27/05/2019.

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015)**. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]: Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência) /Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200). Disponível em: <http://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrCmrCgwe5boloAQywf7At;_ylu=X3oDMTBybGY3bmpvBGNvbG8DYmYxBHBvcwMyBHZ0aWQDBHNIYwNzcg--/RV=2/RE=1542402592/RO=10/RU=http%3a%2f%2fwww.sed.sc.gov.br%2fdocumentos%2feducao-especial-legislacao%2f5696-lei-brasileira-inclusao-pdf/RK=2/RS=cV2SooKOVA9QzDmMeLrq4YfuncQ->>. Acesso em 12/11/2018.

Declaração de Madri, (2003). Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/legislacaodeficiente/declaracaodemadrid>>. Acesso em 02/12/2018.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudanças**. 22. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1999.

GERHARDT, Tatiana Engel, et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A Criança Surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista. São Paulo: Ed. Plexus, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo Uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: Ed. Wva(r), 1997.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e Linguagem**. São Paulo: Plexus, 2007, p 26.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFGM, 2009.

WEBGRAFIA

<https://www.deficienteonline.com.br/a-pessoa-com-deficiencia-e-sua-relacao-com-a-historia-da-humanidade-parte-final.html> Acesso em: 25/05/2019.

<http://www.brasil.gov.br/> Acesso em: 19/05/2019.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4830.htm Acesso em: 01/05/2019.

_____ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm Acesso em: 19/05/2019.

<https://psiconet.com/foros/trabajo/surdo.htm> Acesso em: 05/11/2018.

<http://uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/FORMA%C3%87%C3%83O%20PROFISSIONAL%20E%20INCLUS%C3%83O%20DE%20PESSOAS%20COM%20DEFICI%C3%8ANCIA%20NO%20MERCADO%20DE%20TRABALHO.pdf> Acesso em: 25/05/2019.

<https://www.pensador.com/frase/MTI3NA/> Acesso em: 17/05/2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 33, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44
Análise da Teoria Quântica 103
APENOPE 62, 63, 64, 66, 67, 71, 72
Associação Cruzeiro Jaguareense 47, 48, 51, 59

B

Benedeiras 74, 75, 76, 78, 79

C

Chapecó/SC 74, 75
Conflitos agrários 92
Curandeiras 74, 75, 76, 78, 79

D

Desapropriação de Terras 92, 96, 99

E

Experiências 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15, 32, 35, 62, 65, 67, 70, 72, 80, 82, 83, 84, 88, 102, 140, 142, 145, 158, 159, 169
Experimento das Duas Fendas 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 116

F

Fontes orais 74, 75, 76, 77, 79
Formação de Professores 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16
Formações discursivas 80, 86

G

Goiás 4, 5, 6, 7, 1, 7, 33, 39, 63, 92, 93, 94, 96, 100, 101, 102, 157, 159, 196
Golpe 17, 63, 176

H

História 2, 11, 16, 25, 30, 35, 47, 48, 53, 59, 60, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 101, 102, 107, 112, 113, 123, 124, 129, 131, 134, 139, 140, 142, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 189, 190, 192, 193, 196

História da Educação 73, 80, 82, 83, 84, 90, 91

História do Processo de Escolarização 80, 81, 84, 85, 88, 89

I

Interação 1, 3, 7, 10, 33, 34, 41, 43, 44, 53, 109, 111, 114, 115, 133, 192

J

Jaguarão 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61

L

Libras 33, 34, 37, 43, 44, 124

Lógica 23, 24, 27, 29, 87, 95, 103, 105, 107, 108, 110, 115, 116, 144, 162, 167, 168

Lutas 22, 36, 62, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169

M

Memória 47, 52, 59, 71, 73, 76, 91, 108, 121, 123, 125, 127, 130, 131, 151, 183, 184, 185, 189, 190, 194, 195

Mercado de trabalho 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 147

P

Patrimônio cultural 47

Política de Saúde Mental 17, 18, 19, 20, 23, 26, 28, 29, 30

Problema da Medição 103, 105, 106, 108, 110, 114, 116

R

Racismo 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 31, 143, 144, 147, 148, 150, 153, 155, 156

Residência pedagógica 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16


S

Sistemas de Informação Geográfica 74, 75, 77, 79

Surdez 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45

T

Terras devolutas 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*


www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 





*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

